



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

SUPRAM JEQUITINHONHA - LICENCIAMENTO

Processo nº 1370.01.0015786/2021-72

Diamantina, 07 de abril de 2022.

Procedência: Despacho nº 20/2022/SEMAD/SUPRAM JEQ LICENCIAMENTO

Destinatário(s): SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Assunto: Mineração Bacupari

DESPACHO

Com o intuito de promover o Licenciamento ambiental para instalação do empreendimento Mineração Bacupari S.A, em 25/03/2019, protocolizou-se o Formulário Integrado de Caracterização do Empreendimento (FCEI) por meio do qual, em 26/03/2019, foi gerado o Formulário de Orientação Básica (FOB) nº 0166360/2019. Em 20/09/2019, através da entrega de documentos (recibo nº 0610780/2019), foi formalizado o processo administrativo de nº 2410/2015/001/2019.

Trata-se, segundo a DN Copam nº 217/2017, de um empreendimento Classe 4, com fator locacional 2, enquadrado em licenciamento LAC 2 - LP+LI - Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação. As atividades a serem desenvolvidas são a Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento; Pilha de rejeito / estéril; Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco e Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários, no município de Sete Lagoas/MG.

Considerando que após análise dos estudos apresentados foram solicitadas informações complementares por meio do Ofício SEMAD/SUPRAM JEQ LICENCIAMENTO nº. 11/2021 (SEI nº 27239147) e que estas não foram respondidas de forma satisfatória, a saber:

- Ao lançar a camada de hidrografia no IDE Sisema, foi observada uma drenagem dentro da ADA do empreendimento para a qual foram solicitados esclarecimentos. Em resposta às informações complementares solicitadas, foi informado se tratar de drenagem efêmera. No entanto, após vistoria técnica na área, foram identificadas características que indicaram se tratar de drenagem intermitente, conforme descrito no AF nº 25809/2022. A partir dessa informação constatou-se então que o processo em questão não estava instruído corretamente sendo constatada a ausência de informações a respeito da intervenção em APP e proposta para compensação. Além disso, a presença do recurso hídrico na ADA do empreendimento também motiva a

solicitação de outorga para realização da intervenção, a qual não foi identificada nos estudos.

- Verificou-se ainda que o estudo florístico apresentado não possuía a ART do profissional responsável por sua elaboração, sendo também solicitado ao empreendedor, o qual apresentou uma ART recente (ano 2021) que não corresponde ao estudo realizado anteriormente.

Considerando que durante a análise do processo verificaram-se inconsistências e ausência de informações essenciais sobre a área do empreendimento, a saber:

- Informação preliminar no Formulário de Caracterização do empreendimento - FCE de que haveria intervenção em Área de Preservação Permanente - APP, sem, no entanto, apresentar qualquer detalhamento sobre tal ponto como área da intervenção e a proposta de compensação.
- Durante vistoria técnica foi possível identificar um poço tubular profundo e um barramento (segundo informações formado pelo escoamento hídrico durante as chuvas e também pelo afloramento de água subterrânea) na área proposta para cava do empreendimento. Estes também não foram considerados nos estudos apresentados. Assim, a equipe técnica considera que o rebaixamento da cava sem planejamento em relação a este poço e ao barramento poderá causar danos à água subterrânea e problemas operacionais, não havendo a possibilidade de avaliação dos possíveis impactos uma vez que não foram considerados nos estudos.
- Foi identificada ainda uma linha de transmissão atravessando a área do empreendimento que também não foi abordada nos estudos, havendo questões de conflito de interesses e possibilidade de relocação a serem definidas para avaliação no licenciamento ambiental.
- Em relação às intervenções ambientais, foram identificadas inconsistências no Plano de Utilização Pretendida - PUP apresentado. Constatou-se emprego de metodologia incompatível com a área de realização do estudo e, ao ser questionada, a empresa não conseguiu esclarecer os pontos levantados, inviabilizando assim a realização dos trabalhos de validação do estudo em campo.

Considerando ainda que:

- Em resposta às informações complementares apresentadas, foi informado que o empreendedor possui processo administrativo em andamento junto ao órgão interveniente IPHAN. O Programa de Diagnóstico Arqueológico Interventivo na área destinada ao empreendimento da MINERAÇÃO BACUPARI foi realizado em 2016, pela empresa Brandt Meio Ambiente, e desde então ocorreram movimentações no processo sem, no entanto, concluí-lo com a manifestação final (anuência do referido órgão).

Dessa forma, conclui-se que o projeto apresentado não considerou diversos fatores constatados em vistoria que interferem diretamente na avaliação da viabilidade ambiental do empreendimento e as informações complementares foram insatisfatórias, sendo necessária a revisão total dos estudos apresentados.

Diante de todos os fatos acima listados, recomenda-se o **arquivamento** do Processo administrativo nº 2410/2015/001/2019 (Híbrido ao Processo SEI 1370.01.0015786/2021-72), empreendimento MINERAÇÃO BACUPARI S.A, nos termos do Art. 26 da Deliberação Normativa Copam nº 217, de 2017 e Art. 33 do Decreto 47383 de 2018, devido à insuficiência de estudos e informações.

Sendo só para o momento, colocamo-nos a disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Monteiro de Castro, Servidora**, em 07/04/2022, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Stenio Abdanur Porfirio Franco, Servidor**, em 07/04/2022, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sara Michelly Cruz, Servidora**, em 07/04/2022, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Julia Melo Franco Neves Costa, Servidora**, em 07/04/2022, às 14:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cássia Almeida de Paula, Servidor(a) Público(a)**, em 07/04/2022, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **44804812** e o código CRC **D2D4302A**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SEMAD - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

FOLHA DE ROSTO DE DECISÃO

**DECISÃO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE
JEQUITINHONHA**

DATA: 07/04/2022

EMPREENDEDOR/EMPENDIMENTO: Mineração Bacupari S.A.

PROCESSO: 02410/2015/001/2019

CLASSE: 4

CODIGO DA ATIVIDADE: A-02-07-0, A-05-01-0, A-05-04-5 **MUNICÍPIO:** Sete Lagoas
e A-05-05-3

LICENÇA: () LAS - RAS () LP (X) LP+LI (LAC2) () LI () LIC
() LO () LI+LO () LP+LI+LO () LOC () LOP
() REVLO () AMPLIAÇÃO

() CONCEDIDA COM CONDICIONANTES VALIDADE: ____/____/20__

() CONCEDIDA SEM CONDICIONANTES VALIDADE: ____/____/20__

() INDEFERIDA

(X) ARQUIVAMENTO

() ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTE

() DEFERIDA () INDEFERIDA

() PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE CONDICIONANTE

() DEFERIDA () INDEFERIDA

() PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VALIDADE DA LICENÇA

() DEFERIDA () INDEFERIDA - VALIDADE: ____/____/20__

Observação _____

Fernando Baliani da Silva
Superintendente Regional de Meio Ambiente da Central Metropolitana
SUPRAM Central Metropolitana



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Baliani da Silva**,
Superintendente, em 07/04/2022, às 15:06, conforme horário oficial de
Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o
código verificador **44823479** e o código CRC **F3993045**.

Referência: Processo nº 1370.01.0015786/2021-72

SEI nº 44823479

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto Paranaíba torna público que foi REQUERIDA a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada: 1) Cascalho Chiella Ltda, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Patos de Minas/MG, PA nº. 1478/2022, Classe 3.
(a) Rita de Cassia Silva Braga e Braga. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto Paranaíba.

07 1619300 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana torna público o arquivamento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado:

- Licença Ambiental Concomitante – LAC2 (LP+LI): 1) Mineração Bacupari S.A., Lavra a céu aberto – Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento; Unidade de tratamento de minerais – UTM, com tratamento a seco; Pilhas de rejeito/estéril; Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários, Sete Lagoas/MG, PA nº 02410/2015/001/2019, Classe 4. Motivo: Insuficiência de informações complementares.

(a) Fernando Baliani da Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana.

07 1619386 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:

LAS/RAS - Licença Ambiental Simplificada: 1) SPE Minesa & Bentes Mineração Ltda., Lavra a céu aberto - rochas ornamentais e de revestimento, lavra a céu aberto - minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento e Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco, Salinas/MG, PA/nº 312/2022 ANM 832490/2004, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 06/04/2032.

(a) Mônica Veloso de Oliveira. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas.

07 1619195 - 1

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH

DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH-MG

Nº 75, DE 06 ABRIL DE 2022.

Altera a Deliberação Normativa CERH-MG nº 04, de 18 de fevereiro de 2002, para fins de ajuste do prazo dos mandatos 2018-2022 dos Comitês de Bacias Hidrográficas, e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições estabelecidas pelo parágrafo único do art. 34 da Lei nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, pelo art. 6º e inciso V do art. 7º do Decreto nº 48.209, de 18 de junho de 2021, e pelo inciso IX do art. 13 da Deliberação Normativa CERH-MG nº 44, de 6 de janeiro de 2014; DELIBERA “AD REFERENDUM”:

Art. 1º – O parágrafo único do artigo 22-B da Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH-MG nº 04, de 18 de fevereiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único – Os conselheiros dos Comitês de Bacias Hidrográficas que tomaram posse no ano de 2018 terão seus mandatos prorrogados até 30 de junho de 2023.”.

Art. 2º – O mandato 2020-2022 das diretorias fica automaticamente prorrogado até 30 de junho de 2023.

Art. 3º – Esta deliberação normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 06 de Abril de 2022.

Marília Carvalho de Melo

Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais

07 1619627 - 1

Instituto Estadual de Florestas - IEF

Diretora-Geral: Maria Amélia de Coni e Moura Mattos

O(A) Diretor(a)-Geral do(a) Instituto Estadual de Florestas revoga o ato que atribuiu, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011 e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, a DANUZA APARECIDA DE PAIVA, MASP 752687-4, a gratificação temporária estratégica GTel-3 FL1100047, a contar de 05/04/2022.

O(A) Diretor(a)-Geral do(a) Instituto Estadual de Florestas exonera, a pedido, nos termos do art. 106, alínea “a”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, DANUZA APARECIDA DE PAIVA, MASP 752687-4, do cargo de provimento em comissão DAI-21 FL1100292, a contar de 05/04/2022.

O(A) Diretor(a)-Geral do(a) Instituto Estadual de Florestas exonera, nos termos do art. 106, alínea “b”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, CECILIA FERNANDES DE VILHENA, MASP 1147763-5, do cargo de provimento em comissão DAI-11 FL1100145.

O(A) Diretor(a)-Geral do(a) Instituto Estadual de Florestas, no uso de suas atribuições, dispensa FERNANDA ROBERTA PRADO MACHADO, MASP 1367024-5, da função gratificada FGI-4 FL1100304.

O(A) Diretor(a)-Geral do(a) Instituto Estadual de Florestas nomeia, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, do art. 1º, § 2º da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007, e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, FERNANDA ROBERTA PRADO MACHADO, MASP 1367024-5, para o cargo de provimento em comissão DAI-11 FL1100145, de recrutamento limitado.

O(A) Diretor(a)-Geral do(a) Instituto Estadual de Florestas nomeia, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, do art. 1º, § 2º da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007, e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, CECILIA FERNANDES DE VILHENA, MASP 1147763-5, para o cargo de provimento em comissão DAI-21 FL1100292, de recrutamento limitado, para chefiar o Núcleo de Projetos Especiais.

O(A) Diretor(a)-Geral do(a) Instituto Estadual de Florestas designa, nos termos da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007, e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, DANIEL ANILTON DUARTE MARQUES, MASP 1065747-6, para a função gratificada FGI-4 FL1100304.

O(A) Diretor(a)-Geral do(a) Instituto Estadual de Florestas, nos termos do art. 13 da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007 e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, atribui a FERNANDA ROBERTA PRADO MACHADO, MASP 1367024-5, da Diretoria-Geral, a gratificação temporária estratégica GTel-3 FL1100047.

07 1619633 - 1

Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM

Diretor-Geral: Marcelo da Fonseca

O Superintendente Regional de Meio Ambiente do Noroeste de Minas, no uso de suas atribuições estabelecidas no Decreto Estadual 47.383 de 02 de março de 2018, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

*Processo: 55896/2021, Empreendedores: Lawrence de Oliveira Couto, Wilson Oliveira Couto e Romulo Oliveira Couto, Município: Riachinho, Status: Indeferido, Portaria: 00365/2022. *Processo:

14268/2017, Empreendedores: Sandra Maria de Araújo Zandbergen, Petrus Leonardus Zandbergen, Hendricus Petrus Zandbergen, Jordan Zandbergen e Sandra Jeruza Zandbergen, Município: Paracatu, Status: Indeferido, Portaria: 00366/2022.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na SUPRAM NOROESTE DE MINAS. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Belo Horizonte, 07 de Abril de 2022.

Os Coordenadores das Unidades Regionais de Gestão das Águas Uрга’s, do Sul de Minas, Norte de Minas e Alto São Francisco, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 12 de 02 de maio de 2018, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

*Processo: 11643/2022, Empreendedor: Jerônimo Loures Ridolfi, Município: Caldas, Status: Indeferido, Portaria: 00367/2022.

*Processo: 53792/2021, Empreendedor: Isaac Faria Dorta, Município: Monte Sião, Status: Indeferido, Portaria: 00368/2022. *Processo:

06160/2022, Empreendedor: Aguinaldo Crabi, Município: Elói Mendes, Status: Indeferido, Portaria: 00369/2022. *Processo:

53870/2021, Empreendedor: Adelmara Lúcia Dionísio Dias, Município: Santa Rita do Sapucaí, Status: Indeferido, Portaria: 00370/2022. *Processo: 40146/2020, Empreendedor: Jandir Trindade Diniz, Município: Jaíba, Status: Indeferido, Portaria: 00371/2022.

*Processo: 35963/2020, Empreendedor: Herberth de Souza, Município: Nova Porteirinha, Status: Indeferido, Portaria: 00372/2022.

*Processo: 40617/2020, Empreendedor: Evandro Fernandes Diniz, Município: Jaíba, Status: Indeferido, Portaria: 00373/2022. *Processo:

27706/2020, Empreendedor: Edilson R. Silveira, Município: Janaúba, Status: Indeferido, Portaria: 00374/2022. *Processo: 08893/2018, Empreendedor: Nuno Monteiro Casassanta, Município: Porteirinha, Status: Indeferido, Portaria: 00375/2022. *Processo: 69331/2019, Empreendedor: Heli de Oliveira Penido, Município: Juramento, Status: Indeferido, Portaria: 00376/2022. *Processo: 13683/2020, Empreendedor: Mineração Duas Barras Ltda, Município: Olhos D’Água, Status: Indeferido, Portaria: 00377/2022. *Processo: 28027/2020, Empreendedor: Geraldo Eustáquio Ferreira, Município: Juramento, Status: Indeferido, Portaria: 00378/2022. *Processo: 08385/2022, Empreendedor: Vilasa Construtora Ltda, Município: Buenópolis, Status: Indeferido, Portaria: 00379/2022. *Processo: 41237/2021, Empreendedor: Arísio José dos Santos, Município: Martinho Campos, Status: Indeferido, Portaria: 00380/2022. *Processo: 12165/2022, Empreendedor: Maria José Bahia Machado, Município: Pompéu, Status: Indeferido, Portaria: 00381/2022. *Processo: 12559/2022, Empreendedor: Carlos Ricardo Cardoso de Oliveira Assis, Município: Martinho Campos, Status: Indeferido, Portaria: 00382/2022. *Processo: 53893/2021, Empreendedor: Charles Abdou da Fonseca, Município: Martinho Campos, Status: Indeferido, Portaria: 00383/2022.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia nas URGAs, SUL DE MINAS, NORTE DE MINAS e ALTO SÃO FRANCISCO. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Belo Horizonte, 07 de Abril de 2022.

07 1619338 - 1

O Superintendente de Projetos Prioritários, no uso de sua atribuição estabelecida no art. 1º, inciso VII da Resolução Conjunta SEMAD/IGAM/IEF Nº 2.934, de 28 de janeiro de 2020, científica o interessado abaixo relacionado da decisão proferida no processo administrativo de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

*Processo de Outorga nº 23783/2020 de 29/06/2020. Usuário: Samarco Mineração S.A. CNPJ: 16.628.281/0003-23. Córrego Fundão, Município: Mariana. Motivo: A pedido do empreendedor.

Rodrigo Ribas. Superintendente de Projetos Prioritários.

07 1619192 - 1

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas, URGa Triângulo Mineiro, no uso da competência delegada pela Diretora Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 12 de 02 de maio de 2018, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

*Processo nº 40256/2021, Usuário: Galileu Cardoso, Monte Carmelo, Deferido com condicionantes, Portaria nº1902195/2022. *Processo nº 54672/2021, Usuário: Leandro Gesse, Prata, Deferido com condicionantes, Portaria nº1902198/2022. *Processo nº 04899/2022, Usuário: João A. Bombonato, Buritizeiro, Deferido com condicionantes, Portaria nº1902201/2022. *Processo nº 04900/2022, Usuário: João A. Bombonato, Buritizeiro, Deferido com condicionantes, Portaria nº1902203/2022. *Processo nº 06639/2022, Usuário: Agro Pecuária Seriera Ltda, Indianópolis, Deferido com condicionantes, Portaria nº1902158/2022. *Processo nº 06955/2022, Usuário: Marina de Almeida Queiroz, Campina Verde, Deferido com condicionantes, Portaria nº1902185/2022. *Processo nº 64286/2021, Usuário: Isabel Cristina Borges, Uberlândia, Deferido com condicionantes, Portaria nº1902159/2022. *Processo nº 07227/2016, Usuário: Turillessa Ltda, Uberlândia, Deferido com condicionantes, Portaria nº1901696/2022. *Processo nº 04383/2017, Usuário: Francisco Gomes, Monte Carmelo, Deferido com condicionantes, Portaria nº1902337/2022. *Processo nº 05816/2010, Usuário: CEMIG Geração e Transmissão S.A CHG Santa Luzia, Araporã, Deferido com condicionantes, Portaria nº1902364/2022. *Processo nº 11267/2022, Usuário: Sebastião de Almeida, Sacramento, Deferido, Portaria nº1902365/2022. *Processo nº 13174/2022, Usuário: Sergio Gervasio, Monte Alegre de Minas, Deferido com condicionantes, Portaria nº1902385/2022. *Processo nº 05061/2022, Usuário: Isabela Miryam, Uberlândia, Deferido com condicionantes, Portaria nº1902373/2022. *Processo nº 64405/2021, Usuário: Prefeitura Municipal de Santa Vitória, Santa Vitória, Deferido, Portaria nº1902085/2022.

CANCELAMENTO:

Cancela-se a portaria 1901733/2018 de 10/12/2018. Outorgado: Luiz J. Amâncio, CPF: 138.***.***49. Motivo: O poço foi tamponado. Município: Uberlândia - MG.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGa Triângulo Mineiro. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Uberlândia, 07 de abril de 2022.

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas, URGa Alto Paranaíba, no uso da competência delegada pela Diretora Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 12 de 02 de maio de 2018, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

*Processo nº 63346/2021, Usuário: Shimada Agronegócios Ltda, Perdizes, Deferido com condicionantes, Portaria nº2102206/2022. *Processo nº 00157/2022, Usuário: Ronaldo Alencar, Araxá, Deferido com condicionantes, Portaria nº2102207/2022. *Processo nº 00175/2022, Usuário: Celso C. de Oliveira, Ibiá, Deferido com condicionantes, Portaria nº2102208/2022. *Processo nº 00176/2022, Usuário: Celso C. de Oliveira, Ibiá, Deferido com condicionantes, Portaria nº2102210/2022. *Processo nº 00298/2022, Usuário: Carlos R. França, Ibiá, Deferido com condicionantes, Portaria nº2102214/2022. *Processo nº 00602/2022, Usuário: Carlos F. França, Ibiá, Deferido com condicionantes, Portaria nº2102215/2022. *Processo nº 00627/2022, Usuário: Agropecuária Alimentar Ltda, Rio Paranaíba, Deferido com condicionantes, Portaria nº2102217/2022. *Processo nº 29849/2021, Usuário: Antônio C. Neto, Ibiá, Deferido com condicionantes, Portaria nº2102218/2022. *Processo nº 11629/2017, Usuário: Marcelo Rios de Castro, Araxá, Deferido, Portaria nº2102228/2022. *Processo nº 25182/2017, Usuário: Fabiano C. de Ávila, Araxá, Deferido com condicionantes, Portaria nº2102232/2022. *Processo nº 64721/2021, Usuário: Deivison D. Martins, Ibiá, Deferido com condicionantes, Portaria nº2102140/2022. *Processo nº 09529/2010, Usuário: Instituto das Irmãs Sacramentistas de Nossa Senhora, Patos de Minas, Deferido com condicionantes, Portaria nº2102372/2022. *Processo nº 02614/2012, Usuário: Wellington A. De Queiroz, Patos de Minas, Deferido com condicionantes, Portaria nº2102370/2022.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGa Alto Paranaíba. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Patos de Minas, 07 de abril de 2022

07 1619215 - 1

A Coordenadora da Unidade Regional de Gestão das Águas, URGa Jequitinhonha, no uso da competência delegada pela Diretora Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 12 de 02 de maio de 2018, científica os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

*Processo nº 23997/2020, Usuário: Navarro Imóveis Ltda., Diamantina, Deferido, Portaria nº 1402315/2022.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGa Jequitinhonha. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Diamantina, 07 de Abril de 2022.

07 1618988 - 1

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas, URGa Alto São Francisco, no uso da competência delegada pela Diretora Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 12 de 02 de maio O de 2018, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Secretária: Luisa Cardoso Barreto

Expediente

RESOLUÇÃO SEPLAG Nº 026, DE 7 DE ABRIL DE 2022

Dispõe sobre progressão e promoção de servidores do Grupo de Atividades de Gestão, Planejamento, Tesouraria e Auditoria e Político-Institucionais, de que trata a Lei nº 15.470, de 13 de janeiro de 2005.

O SECRETÁRIODE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, em exercício, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VI do § 1º do art. 93 da Constituição do Estado,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder PROGRESSÃO nas carreiras de Gestor Governamental – GGOV, Agente Governamental – AGOV e Médico Perito - MP, servidores lotados na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, que atendem ao disposto no art. 16 da Lei nº 15.470, de 13 de janeiro de 2005, relacionados no Anexo I desta Resolução.

Art. 2º -Conceder PROMOÇÃO nas carreiras de Médico Perito - MP e de Gestor Governamental – GGOV, de servidores lotados na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, que atendem ao disposto no art. 17 da Lei nº 15.470, de 13 de janeiro de 2005, relacionados no Anexo II desta Resolução.

Art. 3º -Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos às datas de vigências apontadas nos Anexos I e II.

Belo Horizonte, 7de abril de 2022.

LUIS OTÁVIO MILAGRES DE ASSIS

Secretáriode Estado de Planejamento e Gestão, em exercício

ANEXO I
(a que se refere o art. 1º desta resolução)

NOME	MASP	Adm.	Cargo	Situação anterior		Situação atual		Vigência
				Nível	Grau	Nível	Grau	
DANIELLE LIMA VIANA VASCONCELOS	13739123	1	GGOV	III	C	III	D	07/03/2022
MAYRA LORRAYNE DOS SANTOS	13661764	1	AGOV	I	B	I	C	28/05/2019
PAULO ROBERTO MORAIS DO NASCIMENTO	13855051	2	MP	III	B	III	C	18/03/2022

ANEXO II
(a que se refere o art. 2º desta Resolução)

NOME	MASP	Adm.	Cargo	Situação anterior		Situação atual		Vigência
				Nível	Grau	Nível	Grau	
AFRA SILVA GONCALVES PEREIRA	12151411	1	GGOV	II	C	III	A	09/01/2022
ANA PAULA DIAS DE SOUZA	12176699	1	GGOV	II	C	III	A	02/03/2022
BARBARA DIZ RAMOS DE ALVARENGA	12188355	1	GGOV	II	C	III	A	11/03/2022
CIBELE MARIA FERREIRA	12184354	1	GGOV	II	C	III	A	16/03/2022
EULER LOPES MENDES	11986361	2	GGOV	II	C	III	A	05/03/2022
LIDICE SILVA COSTA MERCIER	12184289	1	GGOV	II	C	III	A	16/03/2022
MARIA ANGÉLICA FIGUEIREDO CAMPO DALL'ORTO	13560719	1	MP	III	D	IV	A	06/01/2022

A DIRETORIA CENTRAL DE CONTAGEM DE TEMPO E APOSENTADORIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas Decreto 47.727/2019, Inciso IV do art. 37, comunica aos servidores abaixo relacionados identificados por MASP, NOME e LOTACAO, o despacho proferido em seus processos de revisão de proventos:

INDEFERIDO

0378479-0– JORCELIO ANTONIO SOARES– SEJUSP

0292711-9– MARIA DO CARMO GOMES– SEE

0378635-7–WAGNER N. DO NASCIMENTO– SEJUSP

0890753-7–CLEMERSON NONATO CAMELO– SEE

DEFERIDO

0331265-9– GUILHERMINA DE F. O.BARBOSA– SEE

MARILUCIA MARTINS CALÇADO

Diretora Central de Contagem de Tempo e Aposentadoria

07 1619418 - 1

RESOLUÇÃO SEPLAG Nº 027, DE 7 DE ABRIL DE 2022

Regulamenta a frequência dos servidores atingidos pela greve da categoria metroviária de Belo Horizonte iniciada em março de 2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, em exercício, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º, inciso III, do art. 93 da Constituição do Estado, no inciso III do art. 2º do Decreto nº 47.727, de 2 de outubro de 2019 e considerando os dispostos nos artigos 92 e seguintes da Lei Estadual nº 869, de 5 de julho de 1952 e nos arts. 16 e 21 do Decreto Estadual nº 48.348, de 10 de janeiro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam autorizadas, na forma do §1º do art. 16 e do 2º do art. 21 do Decreto Estadual nº 48.348, em razão da greve da categoria metroviária de Belo Horizonte, a adoção de medidas excepcionais de cumprimento de jornada para os servidores públicos civis da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo residentes ou em exercício no município de Belo Horizonte.

§1º - As medidas a que se refere o “caput” terão aplicabilidade temporal entre o período de 21 de março de 2022 e o fim do movimento grevista.

§2º - As medidas a que se refere o “caput” serão aplicáveis aos servidores que comprovarem, de forma documental, a afetação pela greve da categoria metroviária de Belo Horizonte, nos termos de Orientação de Serviço a ser expedida pela Subsecretaria de Gestão de Pessoas - SUGESP/SEPLAG.

Art. 2º - Para fins da implementação do cumprimento excepcional de jornada a que se refere o art. 1º, serão adotadas, em ordem de prioridade, as seguintes medidas:

I - Inclusão temporária no regime de teletrabalho na modalidade de execução integral, nos termos do Decreto nº 48.275, de 2021, dos servidores previstos no art. 1º, cuja unidade de exercício, nos termos de Resolução Conjunta própria, tenha aderido ao teletrabalho na modalidade parcial.

II - Abono de ocorrências integrais e parciais ocorridos em decorrência de greve da categoria metroviária de Belo Horizonte.

§1º - A inclusão a que se refere o inciso I é uma faculdade da chefia imediata do servidor previsto no art. 1º, que deve aferir se a atividade por ele desenvolvida se enquadra no regime de teletrabalho na modalidade de execução integral, na forma do Decreto nº 48.275, de 2021.

§2º- O servidor que teve sua ausência abonada, na forma do inciso II, não fará jus ao recebimento de verbas de natureza indenizatórias, salvo disposição legal ou regulamentar em sentido contrário.

Art. 3º O disposto nesta Resolução poderá ser aplicado, no que couber, ao estágio.

Parágrafo único: No que se refere ao inciso I, do art. 2º, necessário verificar se a natureza das atividades desempenhadas é compatível com o teletrabalho e se existe autorização para tal regime na respectiva unidade de exercício.

Art. 4º - O disposto nesta Resolução retroage à data de 21 de março de 2022.

Belo Horizonte, 7 de abril de 2022.

Luis Otávio Milagres de Assis

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão, em exercício

07 1619398 - 1

Arquivamento